

Atualização da Tabela do Imposto de Renda para Pessoa Física

VITÓRIA MARIA MARTINI WENDT (*)
CAMILLY VIERIA CARDOSO(**)

1 Introdução

Dada a redução do poder aquisitivo da população brasileira, atualmente pautas e promessas sobre a emergência do reajuste da tabela de IRPF são frequentes, sobretudo em período eleitoral. No entanto, esta questão ainda é conduzida de maneira moderada e limitada por parte dos representantes políticos. Sob argumentos ancorados em duas vertentes antagônicas, uma delas, o déficit orçamentário que desestimula a atualização da alíquota do imposto e, por outro lado, a redução do poder de compra da população, que pressiona legisladores a trabalharem pelo reajuste do imposto. Assim, temos de um lado preocupações com a economia e com gastos públicos e, de outro, com o bem-estar social dos brasileiros. Fruto desse dilema, a atualização da tabela foi foco de campanhas e debates políticos dos atuais candidatos à presidência.

Sob efeito de um cenário de recessão econômica e agravamento da condição socioeconômica brasileira e, inflada pela elevação do nível de preços, a defasagem acumulada cresceu substancialmente e atingiu cerca de 50% desde o ano de 2016, quando reajustada pelo IPCA.

Dessa forma, o aumento da tributação sobre a renda é realizado de forma camuflada e discreta, (incentivando uma reação de conformismo e indiferença por parte da população) e gerando conformismo e aceitação, retratada na compreensão de carência de formulação de política governamental e diálogo público.

Cabe, ao longo do texto, apresentar e discutir sobre as propostas eleitorais e o desenvolvimento e trajeto de projetos de lei, assim como as consequências orçamentárias e o seu percurso histórico.

2 Histórico

No Brasil, o primeiro imposto sobre a renda foi instituído em 1922, através da Lei nº 4.625. Em seguida, entre 1964 e 1967, houve a reforma tributária, um momento importante da história do imposto de renda no país, finalmente definindo em lei tipos como sonegação fiscal, conluio e fraude, reavaliando o imposto para certos grupos sociais e delimitando incentivos fiscais. Sob uma análise positiva, diante de sua capacidade de promover justiça social por intermédio da justiça fiscal, o imposto de

renda foi qualitativamente aprimorado ao longo do tempo, justificando sua evolução e reformas.

Avançando mais na história do Imposto de Renda da Pessoa Física, a tabela foi atualizada e alterada diversas vezes em pequenos intervalos de tempo, compondo uma possibilidade de progressividade social, ao tentar consolidar de maneira equitativa a tributação conforme a média salarial, arrecadando mais daqueles que proporcionalmente possuem maior poder aquisitivo. Tal feito foi, sobretudo, motivado pelo cenário socioeconômico da época, isto é, foi uma tentativa de reduzir a concentração de renda e a desigualdade social vigente no período.

Diante da descontinuação dos ajustes anuais da tabela de IRPF, a partir de 2015, durante o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, observa-se a regressão do sistema tributário.

3 Tramitação de Projetos de Lei

Há certa inquietação e disposição para a correção da tabela de alíquotas – não é rara a tramitação de projetos de seu reajuste em âmbito

federal. Entretanto, diante de interesses e posições divergentes de diferentes atores da sociedade, tais propostas seguem paralisadas.

Logo, é recorrente a oposição aos projetos que circulam para aprovação, como é o caso do PL 2.337/2021, que recebeu forte objeção do senador Ângelo Coronel (PSD-BA), sob alegação de prejuízos em diversos setores da economia. O projeto consistia em taxação sobre lucros e dividendos e alteração de R\$1.903,98 para R\$2.500,00 na faixa de isenção. Dessa forma, ao passar pelo Executivo e aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposta foi paralisada por Coronel no Senado.

A tabela reajustada de acordo com o PL ficaria:

Média salarial	Alíquota	Dedução
De R\$ 0 a 2.500,00	isento	R\$ 0,00
De R\$ 2.500,01 a 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
De R\$ 2.826,66 a 3.751,05	15%	R\$ 354,80
De R\$ 3.751,06 a 4.664,68	22,5%	R\$ 636,13
A partir de R\$ 4.664,68	27,5%	R\$ 869,36

O deputado Danilo Forte (União-CE) foi mais a fundo e enviou para o Congresso um projeto de lei que promete isenção de até quatro salários mínimos, o PL 2.140/22. De acordo com Forte, “inúmeros contribuintes sem capacidade contributiva passaram a pagar imposto sobre suas rendas, comprometendo sua disponibilidade financeira”¹, diz ele, referindo-se à defasagem da tabela. A proposta passou pelo plenário e foi arquivada pela Mesa Diretora.

A nova tabela de IRPF sugerida por Danilo Forte ficaria:

Média salarial	Alíquota	Dedução
De R\$ 0 a 5.200,00	isento	R\$ 0,00
De R\$ 5.200,01 a 6.084,00	7,5%	R\$ 522,60
De R\$ 6.084,01 a 7.608,00	15%	R\$ 865,50
De R\$ 7.608,01 a 9.116,12	22,5%	R\$ 1280,23

A partir de R\$ 9.116,12	27,5%	R\$ 1469,77
--------------------------	-------	-------------

4 Propostas do Candidato Eleito

Por intermédio do período eleitoral, candidatos prometeram a atualização da tabela de Imposto de Renda de Pessoa Física, embora sejam às vezes simplistas e pouco detalhistas sobre a condução da política. Em suma, foi unânime o posicionamento a favor do reajuste da tabela entre os mesmos.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou preocupação com o sistema tributário, prometendo, caso eleito, torná-lo mais justo e o imposto de renda mais progressivo. Sua proposta durante a campanha eleitoral era elevar o limite de isenção para rendas superiores a cinco mil reais, com uma perda prevista de arrecadação de R\$21,5 bilhões.² Grande crítico da carga tributária atual, Lula defende, também, a tributação de dividendos empresariais.

Já como presidente eleito do Brasil, a preocupação do político do Partido dos Trabalhadores e de seu governo de transição com o tema tornou-se ainda mais nítida. Durante um encontro entre o ex-ministro da Educação e um dos principais nomes cotados para assumir, após 2023, a pasta da Economia, Fernando Haddad e nomes importantes ligados à Federação Brasileira de Bancos, o principal tema abordado foi a necessidade de uma reforma tributária no país. Embora não tenha comentado diretamente a reestruturação da fórmula da tabela base para o cálculo do Imposto de Renda atual, Haddad deixou claro que o atual presidente eleito e sua equipe consideram o sistema tributário atual extremamente regressivo.³

Apesar de ser um assunto complexo e que normalmente divide opiniões tanto entre políticos quanto entre sociedade civil, é consenso que uma reforma tributária deve ser feita no país. Primeiramente, tornando o sistema menos burocrático e em consequência menos

oneroso para a cadeia produtiva, mas principalmente fazendo com que o mesmo seja muito menos regressivo tanto em impostos diretos quanto indiretos. Existe uma grande disparidade do imposto efetivo para mais pobres e mais ricos, tanto para consumo quanto para ganho de capital. E o governo que tomará posse em 2023 parece estar disposto a gastar capital político para corrigir tal disparidade até o final de seu mandato.

3 <https://www.cnnbrasil.com.br/business/prioridade-de-lula-e-reforma-tributaria-diz-fernando-haddad/>

1 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5026944-projeto-de-lei-sugere-reajuste-na-tabela-do-imposto-de-renda-para-2023.html>

2 <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/08/25/quanto-custa-a-correcao-da-tabela-do-imposto-de-renda-prometida-pelos-candidatos.ghtml>

() Mestranda em Economia IPE-USP. Assistente de pesquisa do Laboratório de Economia do Setor Público (LabPub).
(E-mail: vitoriawendt@usp.br).*

*(**) Graduanda em Contabilidade FEA-USP. Assistente de pesquisa do Laboratório de Economia do Setor Público (LabPub).
(E-mail: camilyvieira05@usp.br).*